



**Bolsas**  
Na terça-feira

0,25%

São Paulo

0,25%

Nova York

**Pontuação B3**  
IBovespa nos últimos dias

172.787

170.020

2/7

3/7

6/7

7/7

**Dólar**  
Na terça-feira

R\$ 5,153

(+ 0,41%)

**Salário mínimo**  
Últimos

|         |       |
|---------|-------|
| 1/julho | 5,210 |
| 2/julho | 5,208 |
| 3/julho | 5,169 |
| 6/julho | 5,132 |

**Euro**  
Comercial, venda na terça-feira

R\$ 5,884

**CDI**  
Ao ano

14,15%

**CDB**  
Prefixado 30 dias (ao ano)

14,13%

**Inflação**  
IPCA do IBGE (em %)

|                |      |
|----------------|------|
| Janeiro/2026   | 0,33 |
| Fevereiro/2026 | 0,70 |
| Março/2026     | 0,88 |
| Abril/2026     | 0,67 |
| Mai/2026       | 0,58 |

APOSTAS ON-LINE

Audiência na Casa legislativa ocorre, hoje, em meio ao avanço de várias propostas no Congresso para limitar publicidade, reforçar fiscalização e ampliar a proteção a apostadores diante de alertas sobre endividamento e saúde mental

Deputados defendem cerco maior às bets

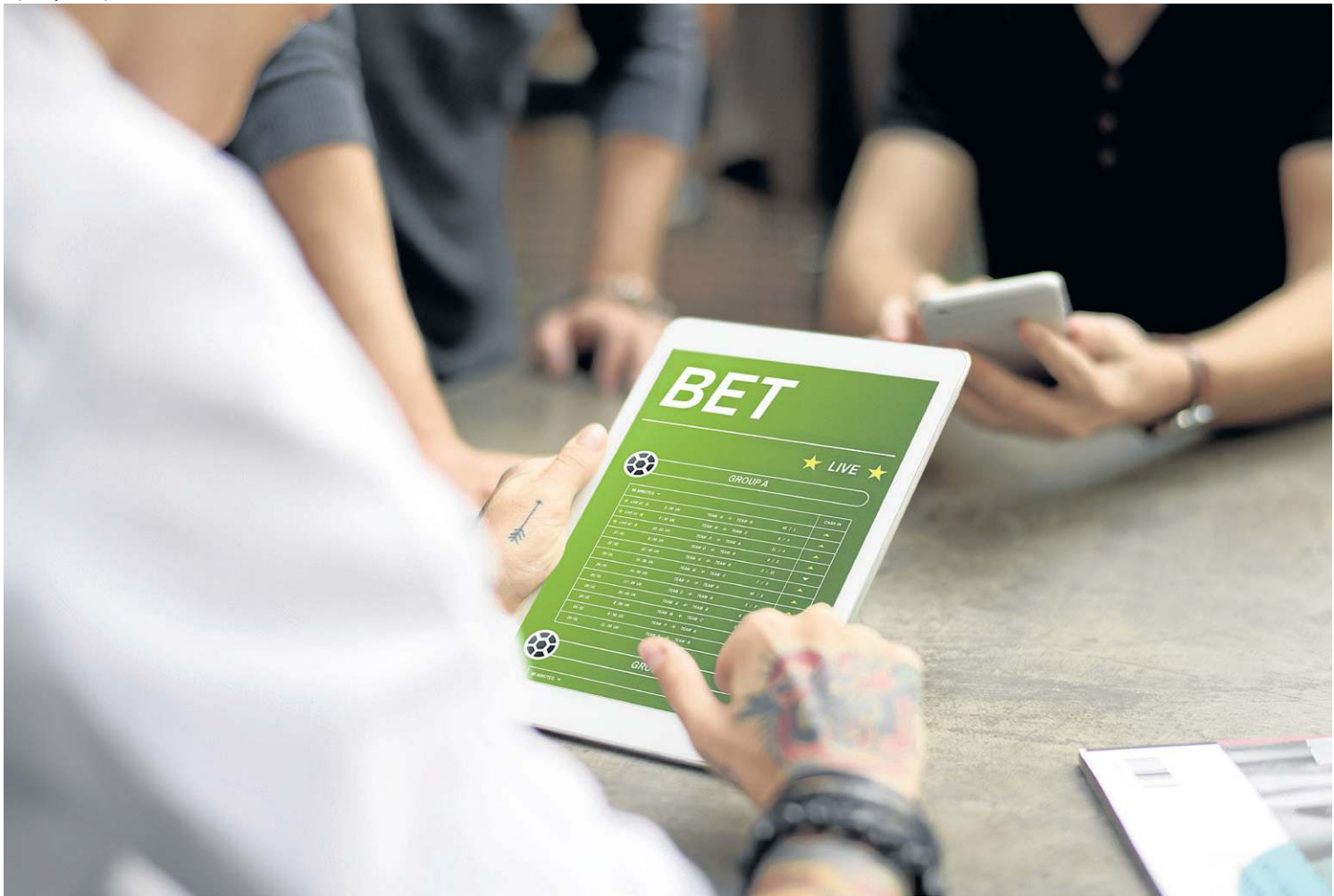
» DANANDRA ROCHA

A expansão das apostas esportivas on-line voltou ao centro das discussões no Congresso Nacional e deve ocupar parte da agenda legislativa nesta semana. A Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados realiza, hoje, uma audiência pública para debater os impactos das chamadas bets sobre o esporte, a economia e a saúde da população. O encontro ocorre em um momento de crescente pressão política por regras mais rígidas para o setor, impulsionada pelo aumento da exposição das plataformas de apostas durante os jogos da Copa do Mundo de futebol e por preocupações relacionadas ao endividamento de famílias e ao avanço dos casos de dependência em jogos.

A audiência reunirá representantes do governo federal, especialistas, pesquisadores e integrantes da sociedade civil. Entre os participantes confirmados estão o chefe da Secretaria Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte do Ministério do Esporte, Giovanni Rocco Neto, além de representantes do Ministério da Saúde. A expectativa é que o debate aborde os efeitos econômicos da atividade, os riscos associados ao jogo compulsivo e os desafios enfrentados pelos órgãos responsáveis pela fiscalização.

No Congresso, o movimento tem sido de endurecimento das regras. O ambiente político, que anteriormente esteve concentrado na regulamentação do mercado, passou a incorporar discussões sobre os impactos sociais da atividade e a necessidade de mecanismos mais rigorosos de controle. Na Câmara, diferentes propostas apresentadas nos últimos meses tratam da limitação da publicidade, da ampliação dos mecanismos de proteção aos consumidores e do fortalecimento das punições para operadores irregulares. Uma das iniciativas mais avançadas prevê a criação de um marco legal de combate às apostas clandestinas, com medidas voltadas ao bloqueio de

Reprodução/Freeipk



Parlamentares e representantes do governo devem debater danos à economia e à saúde dos brasileiros, especialmente os mais vulneráveis



“As bets transformaram-se em um dos grandes desafios sociais do país”

Reginaldo Veras, deputado federal (PT-DF)

operações ilegais e ao reforço da integridade esportiva. E, no Senado, há também projetos voltados à restrição da propaganda das bets.

O líder do PT na Câmara, deputado Pedro Uczai (SC), afirmou que a

bancada pretende ampliar o debate sobre o tema ao longo do segundo semestre legislativo. Segundo ele, a forte presença das empresas de apostas durante a Copa do Mundo recolocou o assunto entre as prioridades de discussão da legenda. “A Copa do Mundo trouxe de novo esse tema”, disse o parlamentar em conversa com jornalistas. Uczai afirmou que pretende levar a discussão para as reuniões de definição da pauta legislativa da bancada e da federação partidária, ressaltando que a iniciativa não representa necessariamente uma posição formal do governo federal.

Entre os críticos da expansão das apostas está o deputado Domingos Sávio (PL-MG), que defende regras mais rígidas para o setor e afirma

que, sob sua avaliação pessoal, a atividade deveria ser encerrada. Para o parlamentar, os prejuízos sociais superam os benefícios econômicos. “O que temos, hoje, é um incentivo para esse tipo de vício de uma maneira descabida”, afirmou.

Autor de um projeto que propõe restringir a publicidade das bets de forma semelhante às limitações impostas ao setor de tabaco, o deputado mineiro lembrou que o crescimento das apostas afeta, principalmente, a população mais vulnerável e cita preocupações relacionadas ao superendividamento, à saúde mental e à atuação de operadores ilegais.

Na mesma linha, o deputado Reginaldo Veras (PV-DF) avaliou que o debate sobre as apostas deixou

de estar restrito aos aspectos econômicos. Segundo ele, os impactos sociais da atividade passaram a ocupar papel central nas discussões legislativas. “As bets transformaram-se em um dos grandes desafios sociais do país. O debate na Câmara já não é mais apenas sobre arrecadação ou regulamentação do mercado. Hoje, a principal preocupação é com os impactos na saúde pública, o superendividamento das famílias e a publicidade excessiva que estimula cada vez mais pessoas a apostar”, disse Veras.

O líder do PT na Câmara também criticou a presença massiva das plataformas de apostas durante as transmissões da Copa do Mundo e afirmou que o Partido Verde

apresentou representações aos Ministérios da Fazenda e da Justiça sobre o tema. “O esporte não pode servir de plataforma para incentivar apostas de forma indiscriminada. A legislação precisa ser respeitada e a proteção das pessoas deve estar acima do lucro das empresas”, declarou.

O governo federal tem tomado várias medidas para cercar as bets ilegais, como a publicação do decreto que amplia mecanismos de identificação e bloqueios de valores. Pelas estimativas de autoridades, cerca de 25 milhões de brasileiros utilizam essas plataformas que acabam gerando perdas econômicas de R\$ 38,8 bilhões por ano. A expectativa da audiência é que parlamentares endureçam as regras para as bets após a Copa.

O debate ainda ganhou impulso nos últimos dias, após declarações do ex-presidente Michel Temer (MDB), que sancionou, em 2018, a lei que abriu caminho para a exploração das apostas esportivas de quota fixa no Brasil. Em entrevista ao portal UOL, Temer disse que não vê com satisfação a decisão tomada à época. “Eu não aplaudo aquele meu ato”, afirmou. Segundo ele, a expectativa era de que a atividade fosse regulamentada em seguida, o que não ocorreu nos anos posteriores.

Embora tenha evitado usar o termo arrependimento, o ex-presidente reconheceu que os efeitos observados, desde então, levantam preocupações. “Eu confesso que não é útil para o país”, admitiu. Temer ainda argumentou que, naquele momento, a autorização das apostas on-line foi vista como uma alternativa intermedária diante da resistência à legalização de cassinos no Brasil.

Apesar de a autorização legal das bets ter sido concedida em 2018, a regulamentação efetiva do setor só avançou em 2023, no primeiro ano do mandato atual do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Nesse intervalo, o mercado operou sem um marco regulatório consolidado, permitindo a rápida expansão das plataformas de apostas no país.

ESCALA 6X1

Alcolumbre e PT travam novo embate sobre PEC

» LUÍZA ALTOÉ

Há cerca de 40 dias parada no Senado Federal, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata do fim da escala de trabalho 6x1, PEC 8/2025, gerou, ontem, embates entre o líder do PT na Câmara dos Deputados, Pedro Uczai (PT-SC), e o presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União-AP).

Uczai afirmou a jornalistas que a bancada elegerá Alcolumbre como “inimigo”, caso ele não despache a PEC 8/2025 para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) até a próxima semana. “Esta semana, nós vamos dar uma trégua para o Davi Alcolumbre. Se, até semana que vem, ele não encaminhar (a matéria para a CCJ), nós vamos elegê-lo como inimigo. Inimigo dos trabalhadores e da pauta”, disse.

A resposta de Alcolumbre veio poucas horas depois. Por meio de uma nota, afirmou que a Presidência do Senado não vai tolerar “esse tipo de ameaça e tentativa de intimidação”. Ele reiterou que a pauta e a tramitação das matérias são prerrogativas constitucionais da Presidência, que “não se submete a ultimatos ou pressões político-eleitorais”. A nota termina enfatizando que aqueles que pretendem contribuir para o avanço da PEC do fim da escala 6x1 respeitam o processo legislativo. “Ameaças e constrangimentos institucionais não aceleram a tramitação; apenas afrontam a independência dos Poderes”, pontuou.

Na réplica, Uczai enfatizou que “o presidente do Senado pode muito, mas não pode tudo” e que a bancada do PT ampliará a mobilização nas ruas e nas redes pelo avanço da

Carlos Moura/Agência Senado



As relações entre Alcolumbre e Lula pioraram após a rejeição de Messias

matéria. “Deixa a democracia decidir. Deixem os senadores decidirem quem é a favor e quem é contra a redução da jornada de trabalho.”

Tramitação

A PEC que trata do fim da escala 6x1 chegou ao Senado Federal no fim

de maio, um dia após sua aprovação em dois turnos na Câmara dos Deputados, com mais de 460 votos favoráveis. Desde então, não houve avanço na tramitação da matéria na Casa Alta. Segundo o regimento, a PEC já deveria ter sido encaminhada para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas isso ainda não ocorreu.

Nos bastidores, a perspectiva é de que o andamento da matéria dependerá de uma melhora na relação de Alcolumbre com o presidente Lula Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que ficou estremecida desde que o Senado rejeitou a indicação do Advogado-Geral da União, Jorge Messias, à vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) deixada pelo ex-ministro Luís Roberto Barroso desde outubro de 2025. A rejeição de Messias foi a primeira a ocorrer em 132 anos e impôs uma das maiores derrotas do governo no Parlamento.

A líder do governo no Senado, senadora Teresa Leitaõ (PT-PE), vem tentando melhorar a relação entre Lula e Alcolumbre, buscando suavizar as cobranças ao chefe do Legislativo. Na última semana, foi realizada uma sessão de debates temáticos sobre a PEC 8/2025 no Plenário do Senado, e Alcolumbre reuniu-se com representantes do governo para tratar sobre a pauta.

No entanto, além de ter acusado o governo de querer votar o

fim da escala 6x1 por razões eleitorais, Alcolumbre já sinalizou publicamente que a Casa levará o “tempo razoável” para analisar a PEC, “com calma, sem acodamento e sem pressa”. O parlamentar reiterou que o Senado não seria um “carimbador” dos textos vindos da Câmara dos Deputados, mas que poderia aperfeiçoar o que for necessário.

A PEC 8/2025 é uma das pautas prioritárias do governo no Congresso Nacional, e uma das apostas de Lula para garantir a sua reeleição nas eleições de outubro deste ano. Porém, o tempo está apertado. Para o fim da escala 6x1 ser sentido pela população antes das eleições, ela precisaria ser aprovada pelo Congresso antes do recesso parlamentar. Isso porque, segundo o texto da PEC, seriam necessários dois meses para uma parte da redução da jornada de trabalho entrar em vigor. Se a aprovação ocorrer ainda em julho, por exemplo, a matéria entraria em vigor em setembro, um mês antes das eleições gerais.